

Compreensão leitora e estrutura argumentativa no gênero crônica¹

letrônica

Jésura Lopes Chaves²

1 Introdução

A quantidade de pesquisas sobre leitura cresceu significativamente nas últimas décadas. Considerada um fator primordial no processo educativo, uma boa capacidade leitora contribui para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem em quase todas as áreas. Além desse caráter interdisciplinar, o papel da leitura na formação integral do cidadão é incontestável.

Torna-se assim imprescindível investigar alternativas para desenvolver a habilidade de compreensão leitora nos estudantes brasileiros. Entender como funciona o processamento cognitivo da leitura, a relação entre o pensamento e o ato de ler, o entrosamento entre o conhecimento dado e o novo, a construção do sentido pelo leitor são preceitos fundamentais que devem ser considerados na formação de leitores competentes. Sob essa perspectiva, o presente trabalho objetivou avaliar a relação entre o conhecimento de estruturação dominante de um gênero específico como a crônica e a compreensão leitora, visando, dessa forma, oferecer subsídios aos professores na tarefa de conduzir o aluno ao êxito na leitura, tornando-o um cidadão efetivamente consciente e livre.

¹O presente artigo baseia-se na pesquisa que culminou na dissertação de Mestrado defendida por Jésura Lopes Chaves, sob a orientação de Vera W. Pereira, em 2007 (PUCRS).

² Doutoranda em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

2 Referencial teórico

2.1 Compreensão leitora

Leitura é uma atividade de recepção que requer fundamentalmente compreensão. Compreender um texto é construir sentidos, habilidade que pressupõe a ativação de diversos processos mentais. Conforme Smith (1999), a maioria dos estudos sobre leitura prioriza o que deve ser feito para melhorar o ensino em detrimento da compreensão do processo de aquisição da leitura. Para o autor, a base da compreensão é a "previsão", entendida como "eliminação antecipada de alternativas improváveis"; é o que possibilita ao leitor encontrar sentido naquilo que já sabe sobre o mundo. Aprende-se a ler através da leitura; por meio dessa atividade, aprimora-se a habilidade de prever e de construir hipóteses; aprimora-se a própria habilidade de aprender. O leitor deve ficar atento às pistas que o código escrito oferece e assim construir o sentido do texto. O autor ressalta que a compreensão é uma fonte de hipóteses que deve resultar na aprendizagem. Previsão e compreensão são essenciais para concretizar a aprendizagem.

Goldman (1976), outra importante referência dos estudos psicolinguísticos, em um artigo intitulado *Leitura: um Jogo Psicolinguístico de Adivinhação* defende que a leitura é um jogo psicolinguístico de adivinhação que envolve interação entre pensamento e linguagem. "A leitura eficiente não resulta da percepção precisa e da identificação exata de todos os elementos, mas da habilidade em selecionar o menor número de pistas produtivas necessárias à elaboração de adivinhações que estarão certas desde o início", explicita o autor (1976: p. 3). As pistas fornecidas pelo escritor são imprescindíveis para que o leitor construa o sentido do texto; dessa forma o princípio cooperativo entre leitor e escritor se estabelece.

Outro aspecto que incide sobre a compreensão leitora é a relação existente entre leitura e conhecimento prévio, noção postulada por Kleiman (1989). Para a autora, a compreensão de um texto se caracteriza pelo uso do conhecimento prévio, pois o leitor utiliza na leitura o conhecimento adquirido ao longo da vida. O leitor constrói o sentido do texto pela interação de diversos níveis de conhecimento, como o linguístico, o textual e o enciclopédico. Sob essa ótica, considera a leitura um processo interativo. Salienta não haver compreensão sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor.

Cita-se finalmente o constructo teórico de Colomer e Camps (2002), que, tendo em vista a prática pedagógica da leitura, focalizam uma visão compreensiva do ensino de leitura na escola. Essa perspectiva, que situa a leitura como uma atividade global, não estratificada, incidiu no rumo que as pesquisas sobre o assunto tomaram; assim, principalmente a partir da década de 80, focalizou-se especialmente o processo de compreensão de texto. Se, como

salientam as autoras, a compreensão é a finalidade natural de qualquer ato habitual de leitura, o planejamento educativo deve considerar as condições que influem no grau de compreensão. Apontam, nesse sentido, a intenção do leitor e os conhecimentos prévios como dois elementos que condicionam a compreensão leitora. O propósito da leitura determinará tanto a forma como o leitor abordará a mensagem escrita como o nível de compreensão tolerada ou exigida em uma dada leitura. Já a capacidade de ativar uma gama de esquemas de conhecimento, sejam eles sobre o escrito ou sobre o mundo, surtirá efeito também sobre a compreensão leitora. Dentre os vários conhecimentos que o leitor pode utilizar para entender um texto, destacam-se os textuais, que interessam particularmente a esta pesquisa. Segundo as autoras, o conhecimento das estruturas textuais tipificadas, como narrativas, argumentativas, descritivas, permite prefigurar o desenvolvimento do texto de uma forma mais previsível, além de facilitar a compreensão de idéias fundamentais organizadas no esquema do texto. A falta desse domínio é caracterizada como uma das causas da dificuldade da compreensão, uma vez que impede o leitor de usar esquemas para ordenar e relacionar a informação recebida, bem como planejar sua recordação posterior. A importância de se conhecer a estrutura de um texto para melhor compreendê-lo é então ressaltada, aspecto ainda pouco presente nas diretrizes escolares vigentes.

2.2 Crônica: um gênero do discurso

Para tratar dos gêneros do discurso especificamente, é imprescindível considerar o postulado de Mikhail Bakhtin, que, em sua obra *Estética da Criação Verbal* (1992), preocupou-se em estudar a problemática dos gêneros do discurso. Como assinala Rodrigues (2004), Bakhtin ressignifica a noção de gêneros do discurso, retirando-a do domínio da arte e de uma abordagem formal, para introduzi-la no cerne das relações sociais. Segundo o teórico russo, denominam-se gêneros do discurso os tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados em diferentes esferas da utilização da língua. Os enunciados produzidos em cada uma dessas esferas refletem a especificidade da atividade, apresentando, por isso, aspectos idênticos no que concerne ao conteúdo temático, ao estilo e, sobretudo, à construção composicional. Ressalta a natureza heterogênea desses gêneros, justificada pela variedade virtual da atividade humana, uma vez que cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros discursivos que se diferenciam e se ampliam à medida que a própria esfera se desenvolve e se torna mais complexa.

A partir do pressuposto de que a comunicação verbal só se concretiza através de um gênero discursivo, concepção defendida por Bakhtin, este estudo detém-se sobre o gênero

crônica. Seus aspectos sócio-discursivos são privilegiados, uma vez que subjaz a esse posicionamento uma visão de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Sob essa perspectiva, a crônica emerge como um gênero cada vez mais presente na contemporaneidade, refletindo as estruturas sociais típicas da cultura vigente e agindo sobre diferentes leitores.

Moisés (1978), ao definir o termo *crônica*, salienta a mudança de conotação que a designação assume no transcorrer dos séculos. Na era cristã, remetia a uma lista ou a uma relação de acontecimentos, organizados conforme seqüência linear no tempo; limitava-se a registrar os eventos, sem comprometimento com a investigação das causas ou com uma interpretação. Em contrapartida, na era moderna, a expressão não apresenta limites muito precisos. Sua natureza híbrida é verificada em diversas formas de manifestação.

Cândido (1992) remete também à etimologia da palavra – *chronus* / crônica – para acentuar que, mesmo com as mudanças incorporadas ao longo do tempo, crescendo-se aí um lugar à subjetividade do autor, a crônica guarda de sua origem etimológica uma constante relação com o tempo vivido. No que concerne à época atual, a crônica atua como portadora do “espírito do tempo”, tanto por suas características formais como por seu conteúdo, pela relação que nela se instaura entre ficção e história, pelos aspectos aparentemente casuais do cotidiano, também pela complexa trama de tensões e relações sociais que entremeiam sua composição. Importante ainda é a cumplicidade lúdica que se estabelece entre o autor e o leitor, sempre ancorada na contemporaneidade. Designa-se crônica, então, um texto leve, fluente e sintético, que instaura um elo entre passado e presente.

Enfim, oscilando entre o discurso jornalístico e o literário, a crônica pode ser esportiva, social, policial, política, econômica. Pode ser permeada pelo humor, pela sisudez, pela concisão, mas não tem compromisso algum com a objetividade ou a informatividade. Pode ser predominantemente argumentativa ou narrativa, entretanto é necessariamente centrada na subjetividade do autor. Sob esse prisma, a essência híbrida do gênero em questão revela um texto de composição complexa, constituído heterogeneamente. Desvelar o sentido de um texto com essas características parece, pois, uma árdua e necessária tarefa.

2.3 Estruturação argumentativa

Para compreender a estrutura predominantemente argumentativa de uma crônica, adotou-se o modelo teórico proposto por Jean-Michel Adam. O autor postula uma teoria sustentada na concepção de organização seqüencial da textualidade que estabelece a base de uma tipologia de esquemas seqüenciais prototípicos.

O teórico Jean-Michel Adam, ciente de que a complexidade tipológica dos gêneros está diretamente ligada às formações discursivas (fenômenos extralingüísticos), remete à reflexão de Bakhtin (1978) de que “a sintaxe das grandes massas verbais ainda espera ser fundada”. Constatando a dificuldade que a Lingüística Textual encontra para extrapolar o nível da oração sem ultrapassar os próprios limites da teoria, Adam (1987) propõe que se busque a definição de uma unidade de análise. Para o autor, a Lingüística Textual deve abandonar a concepção de “tipologia de textos”, que dificulta a delimitação da heterogeneidade, e focalizar a “sintaxe das grandes massas verbais” no nível da *seqüência*, visto que o texto é uma unidade composta de *N* seqüências. Refuta a noção de tipologia textual porque abrange somente estruturas seqüenciais homogêneas, sem dar conta de que um texto pode comportar também várias seqüências intercaladas. As noções de *inserção de seqüências* e de *dominante seqüencial* defendidas pelo teórico corroboram a idéia de heterogeneidade constitutiva dos textos. A primeira prevê, por exemplo, a alternância de seqüências narrativas e argumentativas num mesmo texto; a segunda, a predominância de um tipo seqüencial sobre o outro.

A definição de seqüência como unidade textual é primeiramente desenvolvida por van Dijk em *Texto e contexto e a ciência do texto* (1978). Segundo o autor, o reconhecimento de uma seqüência, constituída de proposições, condiciona-se à existência de uma macroestrutura, isto é, uma representação semântica abstrata do seu significado global. Dessa forma, a noção de seqüência, indissociável da de macroestrutura, corresponde a uma estrutura hierárquica que organiza a informação. Como assevera Coutinho (2003), é possível falar de seqüência como unidade (responsável pela organização da informação relativamente a um nível mais baixo) e como texto (somente seqüências que possuem uma macroestrutura).

Esse posicionamento relaciona-se ao postulado de Adam sobre *tipologia seqüencial*, pois o autor define seqüência ao mesmo tempo como *unidade constituída*, visto que é componente de um texto, e como *unidade constituinte*, já que é composta de proposições. Ressalta então a necessidade de se instaurar uma reflexão tipológica centrada na seqüencialidade global. Com efeito, o texto aparece como resultado da passagem da seqüência à configuração, ou seja, da passagem da seqüência linear de unidades lingüísticas a um todo coeso e coerente.

Adam propõe então modelos prototípicos seqüenciais que objetivam dar conta da heterogeneidade constitutiva textual. Em 1992, descreve os modelos de seqüência narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. O presente trabalho, pautado numa perspectiva que considera fundamental a organização argumentativa de uma crônica, uma vez

que o cronista objetiva persuadir o leitor a aderir às suas crenças, detém-se sobre a seqüência prototípica argumentativa postulada por Adam. Como assevera o autor, o propósito de um texto, explícito ou não, é “agir sobre as representações, as crenças e/ou comportamentos de um destinatário (individual ou coletivo)” (Adam, 1992, p.22), concretizando-se assim como um ato ilocutório. Considerando então a preponderância argumentativa na constituição de uma crônica, passa-se à descrição da seqüência prototípica argumentativa postulada por Adam (1992). O teórico deixa claro, num primeiro momento, que sua proposta é ainda incipiente, não atingindo o nível de teorização das seqüências narrativa e descritiva. Sublinha também que, nesse modelo, não leva em consideração a dimensão da configuração pragmática da textualidade. Ao conceber a argumentação como uma forma de composição elementar e a existência, nos locutores, de representações prototípicas relativas a um ou a vários esquemas de argumentação, situa-se no plano de organização seqüencial de textualidade.

Sob essa ótica, pressupõe que certas seqüências de proposições podem ser marcadas como seqüências reinterpretáveis em termos da relação “*Argumentos(s) ® Conclusão, Dado(s) ® Conclusão*” apresentada por Toulmin (1858, p.97, apud Adam, 1992, p.104) ou ainda “*Razão ® Conclusão*” (Apothéloz et al. 1989, apud Adam, 1992, p.104). A partir da idéia de “relação de sustentação”, postula um esquema de sustentação argumentativa de proposições, princípio que está na base de toda asserção argumentativa. Baseado em Apothéloz e Miéville (1989), defende que a relação de sustentação faz com que um segmento de texto apareça como um argumento em favor da enunciação de outro segmento do mesmo texto, definindo *segmento* como uma unidade textual que pode abranger desde uma proposição ou um enunciado até uma seqüência inteira. Assinala serem as seqüências de proposições reinterpretáveis em termos de relação. Nessa perspectiva, as noções de conclusão e de dados (ou ainda premissas) reenviam uma a outra, sendo que um enunciado isolado não é, em princípio, conclusão ou argumento-dado. A relação entre esses elementos (dados e conclusões) pode ser implícita ou explicitamente estabelecida (garantia ou suporte) ou ainda contrariada (refutação ou exceção). Importante aqui é a função da *regra de inferência* (noção não contemplada no modelo de superestrutura prototípico proposto em 1987), responsável pela passagem do dado à conclusão.

Seqüência argumentativa					
TESE ANTERIOR	+	DADOS -	Sustentação	? Então ?	CONCLUSÃO
		(Premissas)	das	Provavelmente	(Nova)
			Inferências	?	Tese
P. arg. 0		P. arg. 1		a menos que	P. arg. 3
			P. arg. 2	RESTRIÇÃO	
				P. arg. 4	

Quadro 3 – Representação da seqüência argumentativa prototípica (Adam, 1992, p. 118)

Como elucida o autor da teoria, a ordem linear não é imutável; a nova tese, por exemplo, pode ser formulada no início e retomada ou não por uma conclusão que a reproduz no fim da seqüência; a tese anterior, por sua vez, pode estar subentendida. As três macroproposições (P. arg. 1, 2 e 3) são apoiadas na tese anterior no caso particular de uma negação / refutação.

Segundo Adam (1992), a ordem de uma seqüência argumentativa pode ser progressiva ou regressiva. No primeiro caso, o enunciado lingüístico se dá paralelamente ao movimento do raciocínio, visando à conclusão (P então Q); no segundo, busca-se justificar uma afirmação textual precedente, sendo a explicação priorizada (P porque Q). Percebe-se, nesse sentido, que a dependência entre as macroproposições (premissas e conclusões) é estrutural. Assevera ainda o autor que as proposições que constituem as premissas só o são em função da conclusão; tal elemento, em contrapartida, só existe frente às proposições que constituem as premissas. Remetendo a Apothéloz et all, ressalva que uma conclusão supõe necessariamente uma operação inferencial, mas uma inferência não conduz necessariamente a uma conclusão.

Em resumo, pode-se afirmar que o esquema de base argumentativo estabelece uma relação entre uma série de dados e uma conclusão. Essa relação pode ser apoiada implícita ou explicitamente (garantia ou suporte) ou ser contrariada (refutação ou exceção). O dado é o elemento que aparece com maior freqüência de maneira explícita; o suporte é normalmente implícito e os demais componentes se situam entre os dois pólos de implicitação e explicitação.

Segundo essa perspectiva teórica, percebe-se, subjacente ao movimento argumentativo, a idéia de Aristóteles de que, para convencer um interlocutor, é necessário colocá-lo numa situação que impossibilite a refutação das proposições apresentadas. Nesse

sentido, como sublinha Adam, as premissas e os dados escolhidos revelam a idéia que o locutor faz das representações (conhecimentos, crenças, ideologias) de seu interlocutor, sendo indispensável compreender a organização do movimento argumentativo para haver efetivamente influência de um sobre o outro.

3 Procedimentos

O referencial teórico acima apresentado forneceu as bases para a elaboração da hipótese norteadora da pesquisa: há correlação entre o conhecimento da estrutura predominantemente argumentativa do gênero crônica e a compreensão leitora. A investigação dessa hipótese transcorreu através dos procedimentos descritos a seguir.

3.1 Sujeitos

A população-alvo constituiu-se de estudantes de uma escola estadual de Porto Alegre que atende a um público de nível socioeconômico médio. A amostra é composta por 70 alunos da terceira série do Ensino Médio, cujo perfil pode ser considerado homogêneo: os sujeitos, de ambos os sexos, têm entre 16 e 18 anos, não são repetentes e representam uma classe média urbana.

3.2 Instrumentos de coletas de dados

Para a montagem dos instrumentos que integram a pesquisa, foi selecionada uma crônica publicada no jornal Zero Hora. A crônica denominada *Vende frango-se*, de autoria de Martha Medeiros (em anexo), foi escolhida por apresentar claramente as principais características que definem o gênero em questão: desenvolve-se a partir de um fato cotidiano norteador de reflexões, marca-se pela subjetividade da cronista, estrutura-se de forma relativamente livre. Além disso, as publicações da autora, que atingem um vasto número de leitores, reconhecidamente atraem leitores adolescentes, público-alvo da presente pesquisa.

? Teste de Compreensão Leitora medido através do procedimento *cloze* – TCL . O instrumento 1 foi confeccionado conforme método de procedimento *cloze* proposto por Taylor (1953), com vistas a avaliar o desempenho dos sujeitos em compreensão leitora de uma crônica. Tal procedimento, segundo o autor, consiste no apagamento de um número igual de palavras de cada passagem por meio de um sistema de contagem essencialmente aleatório, sem levar em conta as funções ou os significados específicos dos vocábulos. Considerando o número de palavras do texto, optou-se pelo apagamento a cada quinta palavra, totalizando 50 lacunas que corresponderiam a um escore, sendo o teste constituído também de 50 escores.

Cada palavra retirada foi substituída por um espaço em branco padronizado no intuito de não influenciar a resposta referente à compreensão. Por tratar-se de um texto marcado pela subjetividade da autora, característica essencial de uma crônica, evitou-se o apagamento de palavras ou expressões de difícil recolocação. O primeiro parágrafo e parte do último foram preservados integralmente.

? Teste de Conhecimento de Estrutura Argumentativa (TEA). O instrumento 2 foi elaborado conforme modelo de seqüência argumentativa proposto por Adam (1992). Vale ressaltar que o teste foi reformulado várias vezes, no intuito de construir um instrumento condizente com o referencial teórico apresentado. Constitui-se de 20 itens de múltipla escolha, cada um valendo 1,0 score. Num primeiro momento, buscou-se analisar o texto com vistas à identificação das partes constituintes da seqüência argumentativa, como a tese anterior, as premissas, as inferências, as conclusões e a nova tese, ou ainda, conforme descreve o autor, possíveis restrições, a fim de melhor compreender a organização predominantemente argumentativa da crônica em questão. A análise feita foi avalizada por especialistas da área, cujas observações e contribuições foram plenamente acatadas pela pesquisadora. Na elaboração do instrumento, houve a preocupação em tornar o grau de dificuldade do teste compatível com o nível de escolaridade dos sujeitos investigados. Os termos técnicos foram adaptados para se adequarem ao nível de compreensão que se espera de alunos do Ensino Médio. Os instrumentos foram submetidos à aplicação-piloto antes da aplicação definitiva.

3.3 Avaliação das hipóteses

A hipótese de que “há correlação entre compreensão leitora e conhecimento de estrutura predominantemente argumentativa do gênero crônica” é avaliada conforme a comparação dos coeficientes de correlação entre os escores obtidos no teste de compreensão leitora e os escores obtidos no teste de conhecimento de estrutura argumentativa.

Quanto à média de acertos dos sujeitos nos dois instrumentos, obteve-se 62,4% no teste de compreensão leitora e 76,1% no teste de conhecimento de estrutura argumentativa. Os dados finais apurados revelam um índice de correlação entre as variáveis dos dois instrumentos de $r = 0,578$. Considerando que quanto mais distante o índice estiver de zero, mais forte será a correlação entre as variáveis, esse resultado confirma a hipótese levantada, representando uma relação média. O resultado alcançado respalda-se especialmente pela cientificidade com que se procurou realizar todas as etapas do processo investigatório.

3.4 Discussão dos resultados

A presente pesquisa objetivou investigar a relação existente entre compreensão leitora e conhecimento de estrutura predominantemente argumentativa do gênero crônica. A concepção recorrente nos estudos psicolinguísticos de que o conhecimento de estruturas textuais tipificadas, como narrativas, argumentativas, descritivas, auxilia a predictibilidade de textos, facilitando a compreensão de suas idéias fundamentais, embasou o desenvolvimento do trabalho. O resultado alcançado, segundo o qual há uma correlação de 0,578 entre as variáveis em pauta, ratifica essa concepção, mas aponta também para outros fatores atuando sobre os elementos investigados. Nesse sentido, devem ser levadas em conta as especificidades envolvidas nos objetos de estudo, como a relação entre o recorte teórico que embasou a pesquisa e a sua aplicabilidade, a natureza do gênero crônica, o ensino-aprendizagem da leitura de textos estruturados de forma predominantemente argumentativa.

Kleiman (1989), ao postular sobre os vários níveis de conhecimento necessários para que o leitor construa o sentido do texto, como o lingüístico, o textual e o enciclopédico, destaca a necessidade de o leitor ser exposto a textos variados para efetivar a compreensão. Dessa forma, presume-se que a compreensão de uma crônica implique exposição prévia a esse gênero específico. Questiona-se aqui a maneira como, nas escolas, os estudantes têm sido inseridos no universo desse gênero. Por oscilar entre o espaço literário e o jornalístico, o tratamento dispensado à crônica certamente é condicionado pela finalidade da aprendizagem. Sob o viés da literatura, tende a ser focalizada em sua nuance artístico-literária, tendo em vista sua composição mais livre, sua linguagem subjetiva, seu descompromisso com a informação propriamente; fatores que se manifestam diferentemente conforme a sensibilidade do cronista ou as peculiaridades do estilo. Ressalva-se que o estudo científico do gênero tem sido tradicionalmente relegado à literatura, todavia, talvez por ser considerado um “gênero literário menor”, sua abordagem nas escolas ocorre mais freqüentemente nas aulas de Língua Portuguesa. Nesses casos, a crônica jornalística é mais explorada, sendo o tratamento mais recorrente restrito à análise da estrutura e do conteúdo. Análises estanques não viabilizam a compreensão global do texto; por constituir-se como um gênero híbrido, complexo, torna-se premente a busca de alternativas que levem o leitor a construir o sentido de uma crônica em suas múltiplas facetas.

Em relação ao quadro teórico preconizado por Adam que embasou o estudo sobre estruturação textual, destaca-se que o autor, no intuito de dar conta da heterogeneidade composicional dos textos, mérito indiscutível do autor, desenvolveu uma teoria baseada na

organização seqüencial da textualidade. A aplicabilidade do modelo proposto, no entanto, apresenta limitações. Para possibilitar a interpretação das diferentes seqüências que compõem um texto heterogêneo, o teórico instaura as noções de inserção de seqüência e de dominante seqüencial, contudo não estabelece critérios precisos para a identificação da dominante e, por conseguinte, da(s) dominada(s). Na crônica em análise, a caracterização da seqüência dominante justifica-se pelo fim ilocutório do texto, identificado empiricamente já que a teoria mostra-se insuficiente nesse quesito. As seqüências dominantes não foram contempladas pela sua função aparentemente secundária.

Deve-se considerar também a defasagem entre teoria e prática concernente à relação entre as duas dimensões responsáveis, segundo o autor, pelo efeito de texto. Teoricamente, enfatiza a importância da dimensão pragmática ou configuracional para dar conta da unidade significativa do texto; na prática, porém, desenvolve prioritariamente a dimensão seqüencial. Adam assegura que a passagem da seqüencial à configuracional constitui o texto, mas não elucidada precisamente como ocorre essa passagem.

A crônica, por sua vez, emerge como gênero cada vez mais contemplado por diferentes leitores, incluindo leitores adolescentes, sujeitos-alvo da presente pesquisa. No que tange à crônica *Vende frango-se*, de Martha Medeiros, as especificidades do gênero destacadas ao longo do trabalho ratificam-se plenamente. A crônica confere ao autor maior autonomia que outras produções ligadas também ao meio jornalístico, como artigos, notícias, editoriais, por exemplo, o que abre espaço para manifestação de seu caráter literário. Ressalta-se ainda a forma particular como a argumentação e a literariedade se justapõem na organização do texto, dissimulando, de certa forma, o principal objetivo da autora. Em outras palavras, parece plausível ponderar em que medida a utilização de metáforas vela o processo argumentativo, tornando dúbia, por conseguinte, a intenção preponderante da autora: marcar-se argumentativamente a respeito do assunto abordado ou simplesmente refletir literariamente sobre o fato cotidiano desencadeador do texto. A crônica configura-se assim marcada por particularidades imanentes ao gênero que incidem sobre a apreensão de seu sentido. A predominância argumentativa em sua composição não encobre a constituição heterogênea; a publicação no meio jornalístico não dissimula a literariedade que permeia o texto; a efemeridade própria do gênero cede espaço à perenidade, tendo em vista a abordagem de um assunto atemporal. O conjunto desses fatores constitui um gênero complexo, cuja construção do sentido e do conhecimento de sua estrutura predominante revela-se condicionada à peculiaridade de sua natureza.

Outro fator fortemente influenciável na correlação obtida é a forma como ocorre o ensino-aprendizado dos dois objetos centrais da presente pesquisa. A dificuldade apresentada por muitos sujeitos desta investigação para responder ao teste de compreensão leitora pode ser justificada pelo tratamento dispensado à leitura em diferentes estabelecimentos de ensino. Embora os PCNs preconizem a realização de trabalhos que valorizem a leitura, presume-se que essa prática não ocorra de forma sistemática e continuada em muitas escolas. As instituições escolares tradicionalmente privilegiam o estudo do conteúdo em atividades de leitura, através de perguntas interpretativas diretas, questões de múltipla escolha ou ainda por meio de alternativas verdadeiras e falsas. Com efeito, o nível de exigência que o teste *cloze* apresenta aos estudantes evidencia o seu despreparo para compreender um texto sob o prisma cognitivo. Assinala-se, dessa forma, a necessidade de se instaurar nas práticas pedagógicas um ensino centrado no processamento cognitivo da leitura, na relação entre o pensamento e o ato de ler, no entrosamento entre o conhecimento dado e o novo, na construção de sentido pelo leitor, como uma alternativa para efetivamente formar um leitor proficiente.

Levando em conta todas as variáveis envolvidas na realização da pesquisa, a corroboração média da hipótese testada justifica-se à luz das especificidades dos objetos investigados. A conciliação de elementos como leitura, crônica e argumentação revela-se bastante complexa, ratificando, como sugeriu Adam, que o grande desafio dos estudos lingüísticos é extrapolar o nível de análise centrada na oração sem ultrapassar os limites da teoria.

4 Conclusão

Acredita-se que a presente pesquisa apresenta contribuições para o desenvolvimento de estudos científicos na área e para o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas engajadas na formação de leitores proficientes. Espera-se, assim, que os discentes constituam-se cidadãos autônomos e críticos a partir da construção de sentido dos textos que lêem. Nessa perspectiva, a leitura de gêneros como uma crônica marcadamente argumentativa torna-se imprescindível para inseri-los definitivamente na cultura contemporânea, que exige cada vez mais uma tomada de posição sobre a diversidade de assuntos que emergem na sociedade.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques* n. 56, déc. 1987.
- ADAM, Jean-Michel . Les textes: types e prototypes. Paris: Mathan, 1992.

ADAM, Jean-Michel. Hacia una definición de la secuencia argumentativa. *Comunicación, Lenguaje y Educación*, 1995, 25, 9-22.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *A estética da criação verbal*. Traduzido por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 277-326.

CÂNDIDO, Antônio (et al.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

COLOMER, Teresa e CAMPS, Anna. *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1971, v. 6, cap. 50, parte III, p. 105 a 123.

COUTINHO, Maria Antônia. *Texto(s) e competência textual*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GOODMAN, Kenneth. Reading, a psycholinguistic guessing game. In: Singer, H. & Ruddell, R., *Theoretical models and processes of reading* (eds.). Newark (De): International Reading Association, 1976. p. 497-508. Tradução de Giselle Olívia Mantovani Dal Corno.

GOODMAN, Kenneth. Unidade na leitura - um modelo psicolingüístico transacional *Letras de Hoje*, nº 86, p. 9 - 43. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez. 1991.

KLEIMAN, Ângela. *Aspectos cognitivos da leitura*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A.P; MACHADO, A.R; BEZERRA, M.A (org). *Gêneros textuais & ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MEDEIROS, Martha. Vende frango-se. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 nov. 2005.

MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.4, nº 2, p. 415-440, jan/jun. 2004.

SMITH, Frank. *Leitura significativa*. Trad. Beatriz Affonso Neves. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

TAYLOR, W. L. Cloze procedure: a new technique for measuring readability. *Journalism Quarterly*, v. 30, p. 43-48, 1953.

ANEXO 1

Vende frango-se

Martha Medeiros

Alguém encontrou esta pérola escrita numa placa em frente a um mercadinho de um morro do Rio: "Vende frango-se". É poesia? Piada? Apenas mais um erro de português? É a vida e ela é inventiva. Eu, que estou sempre correndo atrás de algum assunto para comentar, pensei: isto dá samba, dá letra, dá crônica. Vende frango-se, compra casa-se, conserta sapato-se.

Prefiro isso aos "q te cmg?" espalhados pelo mundo virtual, prefiro a ingenuidade de um comerciante se comunicando do jeito que sabe, é o "beija eu" dele, o "quer vim aqui casa?" de tantos.

Vende carne-se, vende carro-se, vende barco-se. Não incentivo a ignorância, apenas cedo um olhar mais adocicado ao que é estranho a tanta gente, o nosso idioma. Tão poucos estudam, tão poucos lêem, queremos o quê? Ao menos trabalham, negociam, vendem frangos, ao menos alguns compram e comem e os dias seguem, não importa a localização do sujeito indeterminado. Vive-se.

Talvez eu tenha ficado agradecida por este senhor ou senhora que anunciou-se de forma errônea, porém inocente, já que é do meu feitio também trocar algumas coisas de lugar, e nem por isso mereço chicotadas, ao contrário: o comerciante do morro me incentivou a me perdoar. Esquecer o nome de um conhecido, não reconhecer uma voz ao telefone, chamar Gustavos de Olavos, confundir os verbos e embaralhar-se toda para falar: sou a rainha das gafes, dos tropeços involuntários. Tento transformar em folclore, já que falta de educação não é. Conserta destrambelhada-se. Eu me ofereço pro serviço. Quem sabe? Sabemos todos como é constrangedor não acertar, mas lá do alto do seu boteco, ele nos absolve. Ele, o autor do absurdo, mas um absurdo muito delicado.

Vende frango-se, e eu acho graça, e achar graça é uma coisa boa, sinal de que ainda não estamos tão secos, rudes e patrulheiros, ainda temos grandeza para promover o erro alheio a uma inesperada recriação da gramática, fica eleito o dono da placa o Guimarães Rosa do morro, vale o que está escrito, e do jeito que está escrito, uma vez que entender, todos entenderam. Fica aqui minha homenagem à imperfeição.

Zero Hora, 09 de novembro de 2005